

**Veículo:** *O Estado de S.Paulo*

**Data:** 15/10/2006

**Autor:** Suely Caldas

## **Chile agora quer aposentadoria para todos**

*Decisão de rever regras decorre da constatação de que sistema privado ficou restrito a 60% da população*

Vinte e cinco anos depois de uma reforma radical e inédita no mundo, que privatizou a previdência em quase 100% e para todas as faixas de renda, o governo do Chile de Michelle Bachelet prepara uma segunda reforma, cujo foco é tornar universal o direito à aposentadoria para todos os chilenos, ao introduzir uma parcela complementar custeada pelo Estado.

Não se trata de um recuo em relação ao sistema privado, que será mantido e até fortalecido”, avisa o economista chileno Mario Marcel, presidente da comissão que preparou o novo projeto. A decisão de rever as regras concebidas em 1981, explica ele, decorre da constatação de que nesses 25 anos o acesso à aposentadoria ficou restrito a apenas 60% da população adulta, criando uma faixa de cidadãos excluídos do benefício na velhice.

Com passagem pelo Banco Mundial e doutorado na Universidade de Cambridge (Inglaterra), Mario Marcel esteve no Brasil na semana passada expondo o novo projeto chileno para um grupo de especialistas brasileiros, na sede do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC). Segundo ele, a revisão previdenciária chilena “é prioridade absoluta da presidente Bachelet” e será enviada ao Congresso até o fim deste ano.

Diferentemente do Brasil, que em 2005 bancou com recursos de impostos R\$ 110,5 bilhões de dois déficits – do INSS e do funcionalismo público – e ainda assim 52% da população economicamente ativa (os trabalhadores informais) estão excluídos da previdência, o Chile cuidou de dar equilíbrio financeiro em 1981, com um sistema em que

cada trabalhador contribui mensalmente para uma conta individualizada e capitalizada e o valor da aposentadoria é calculado com base no saldo dessa conta.

Administrado por instituições privadas, esse sistema privado só registrou rentabilidade negativa em dois de seus 25 anos de existência, o que garantiu ao trabalhador aposentar-se com o valor igual ou superior ao que planejou quando começou a contribuir. Segundo Marcel, em 25 anos nunca ocorreram fraudes nem quebraadeiras entre as administradoras dos fundos.

## **Futuro**

A nova previdência do Chile será financiada por três componentes: 1º pilar solidário, proveniente de recursos públicos, que vai complementar aposentadorias dos que já contribuem no sistema privado, mas custeará totalmente o benefício desde que o trabalhador comprove ser muito pobre; 2º pilar contributivo, que existe desde 1981 como sistema privado de capitalização; 3º pilar voluntário, quando o indivíduo deseja aumentar seu valor de contribuição e, conseqüentemente, do benefício no futuro. A grande novidade é o primeiro pilar, o solidário, que será instituído agora, financiado com recursos públicos e administrado pelo Instituto de Previdência Social, a ser criado. Para donas de casa ou trabalhadores muito pobres, que nunca contribuíram para o sistema privado (cerca de 400 mil pessoas), o pilar solidário vai instituir uma Pensão Básica Universal (PBU), de valor ainda não definido, mas que ficará próximo de 70% do salário mínimo. Nisso também o modelo chileno se diferencia do sistema brasileiro, que vincula o piso da previdência ao salário mínimo.

A nova previdência do Chile não vai alterar a idade mínima de aposentadoria para os homens, que continuará em 65 anos, apesar do alongamento da idade média nos últimos 20 anos. Mas a idade mínima da mulher, hoje de 60 anos, será gradativamente elevada no período de 10 anos, até igualar-se aos 65 anos do homem. O economista chileno justifica que, em seu país as mulheres vivem, em média, 81,5 anos, enquanto os homens só 75,5 anos. Em compensação, segundo o projeto, as mulheres mais pobres receberão bonificação de um ano de contribuições a cada filho nascido vivo.

## **Sucesso**

Os chilenos consideram que o sistema privado de capitalização foi tão bem-sucedido que

adotarão o mesmo modelo ao administrar o pilar solidário. Dessa forma, cada trabalhador terá uma conta individual alimentada por contribuições do governo. Mas os dois sistemas – público e privado – funcionarão combinados com o pilar solidário, estimulando o trabalhador a elevar gradativamente sua contribuição no pilar contributivo, até zerar sua necessidade de financiamento pelo solidário.

Na verdade, a parcela pública terá um papel de complementar a aposentadoria dos trabalhadores não pobres e financiar 100% a dos pobres. O economista Mario Marcel dá um exemplo: se um trabalhador recebe um salário mínimo (US\$ 200 no Chile) e contribui com base nesse valor por 20 anos, ele terá uma pensão de US\$ 120 e terá um complemento de US\$ 100 do pilar solidário.